

Manual de Boas Práticas

IA Generativa no Ensino Superior de História

"A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo. Mas apenas se mantivermos essa arma em mãos humanas, guiada por valores humanos, a serviço da dignidade humana." - Adaptação livre de reflexão feita por Nelson Mandela¹

Acarape, 22 de setembro de 2026

¹ A fala original, "Education is the most powerful weapon which you can use to change the world. Yet only so long as this weapon remains in human hands, guided by human values, and devoted to the service of human dignity", foi dita por Nelson Mandela em 16 de julho de 2003, durante o discurso de inauguração da rede de TV educacional Mindset Network, em Joanesburgo, África do Sul. (disponível em [ccs.mandela.ac.za](https://www.mandela.ac.za), acessado 26 de junho de 2025).



Ministério da Educação
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Reitor

Roque Nascimento

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Alexandre Cohn da Silveira

Diretora do Instituto de Humanidades

Luma Nogueira Andrade

Coordenador do Curso de Licenciatura em História

Sérgio Krieger Barreira

Equipe de Elaboração

Américo Souza (Coordenador)

Raquel Alves Cordeiro (Bolsista PIBIC/UNILAB)

Acarape, 22 de setembro de 2026

Manual de Boas Práticas: IA Generativa no Ensino Superior de Humanidades²

Uma Abordagem Centrada no Desenvolvimento de Competências Fundamentais

Introdução

Este manual nasceu da preocupação com o futuro da formação acadêmica dos estudantes do Curso de Licenciatura em História do Instituto de Humanidades da UNILAB como ferramenta de resposta e diálogo com revolução tecnológica-cultural provocada pelo advento da Inteligência Artificial Generativa (IAG).

Essa versão de teste foi elaborada como parte dos estudos do projeto de pesquisa *Literacia Histórico-Digital na Formação Docente: contribuições para o Desenvolvimento de metodologia para o uso de IA Generativa para educação histórica no ensino superior*, coordenado pelo Prof. Américo Souza, que tem o apoio do PIBIC/UNILAB por meio da bolsa da auxiliar de pesquisa Raquel Cordeiro (estudante do segundo ano do curso).

Como educadores, enfrentamos um paradoxo: precisamos preparar nossos estudantes para um mundo onde a IAG será onipresente, mas sem permitir que essa tecnologia comprometa o desenvolvimento das competências cognitivas e intelectuais fundamentais da formação nos diferentes campos da Área de Humanidades. Nossa missão, afinal, é contribuir para a formação de pensadores críticos, não operadores de ferramentas digitais.

Este manual parte do princípio de que a IAG pode ser tomada como uma ferramenta complementar ao processo de aprendizagem, ou um instrumento auxiliar da formação, mas que jamais poderá ser entendido como um substituto para o desenvolvimento intelectual autônomo do estudante.

² A elaboração deste manual contou com o auxílio de ferramentas de Inteligência Artificial Generativa, declarado nos termos do art. 9º, inciso I, alínea “c”, da Portaria CNPq nº 2.664/2026: ChatGPT 5.2 Thinking (OpenAI) — pesquisa temática e estruturação formal de tópicos, nas fases de concepção e redação; Claude Opus 4.5 (Anthropic) — avaliação de pertinência e solidez argumentativa e aperfeiçoamento do potencial comunicativo do texto, na fase de redação; Perplexity Pro (Perplexity AI) — levantamento e conferência de referências, na fase de concepção. Todas as informações e referências obtidas com esse auxílio foram verificadas em fontes independentes. A concepção, os argumentos e as decisões editoriais são de autoria e responsabilidade dos autores, que respondem integralmente pelo conteúdo final.

1. Temos necessidade de um manual sobre o uso de IAG em um Curso de História?

Estamos vivendo um processo revolucionário de base tecnológica que está instituindo o que se pode chamar de era da digitalização. Um período que se caracteriza por uma série de mudanças em todos os aspectos das nossas vidas, inclusive – e especialmente – na forma como o conhecimento é produzido, divulgado e aprendido.

A mais impactante e assustadora inovação desta Revolução Digital é, sem dúvida, a IAG.

Diante deste cenário, tratar a Inteligência Artificial Generativa nas ações formativas universitárias não é uma escolha opcional, mas uma necessidade: ela já atravessa o cotidiano acadêmico, aparece em buscadores, aplicativos, plataformas de estudo e até em recursos embutidos nos próprios sistemas que os estudantes usam para ler, escrever, traduzir, revisar e organizar ideias. Ignorá-la não a fará desaparecer, ao contrário, tende a empurrar seu uso para a informalidade, sem critérios precisos, aumentando os riscos de dependência, opacidade, plágio involuntário e injustiças no processo de avaliação.

O caminho mais responsável é reconhecer sua presença, compreendê-la criticamente e transformar essa compreensão em orientações objetivas: quando faz sentido usar, quando não faz, como declarar o uso com transparência, como verificar resultados, como evitar vieses e como preservar a autoria e a integridade acadêmica.

A necessidade de orientação deixou, aliás, de ser apenas pedagógica e passou a ser também normativa. Em 6 de março de 2026, o CNPq publicou a Portaria nº 2.664, que institui a Política de Integridade na Atividade Científica e estabelece, pela primeira vez em âmbito federal, deveres explícitos quanto ao uso de Inteligência Artificial Generativa na pesquisa. A norma alcança proponentes, beneficiários de bolsas e auxílios e usuários das plataformas do órgão — o que inclui, diretamente, estudantes de graduação vinculados a programas como o PIBIC e todos os que mantêm currículo na Plataforma Lattes.

Ou seja: parte expressiva do nosso corpo discente já está submetida a regras de declaração e de responsabilidade sobre o uso de IAG, ainda que muitos desconheçam esse fato. Um manual como este cumpre, portanto, também a função de dar a conhecer um dever que já existe.

Dito de outra forma, precisamos construir um processo formativo que fomente uma literacia em IAG alinhada com alguns dos princípios e valores que fundamentam o Curso de Licenciatura em História:

- Compromisso com a Transparência: Desenvolver e implementar políticas claras que orientem toda a comunidade acadêmica;
- Compromisso com a Qualidade: Manter padrões elevados de formação que preparem profissionais competentes e éticos;
- Compromisso com a Inovação Responsável: Abraçar tecnologias que fortaleçam, não enfraqueçam, a formação humanística crítica;
- Compromisso com a Comunidade: Liderar discussões sobre o futuro da educação superior em especial da área de História.

Em face disso a resposta à pergunta que nomeia este tópico é: sim, necessitamos de um manual de orientação para os estudantes, como o primeiro elemento de um processo ainda a ser aprofundado de como incorporar ao processo formativo de futuros historiadores e historiadoras os impactos e desafios que a Revolução Digital impõe.

2. Fundamentos Éticos e Pedagógicos

2.1 O Imperativo da Autonomia Intelectual

Como formação da área de Humanidades, a Licenciatura em História existe para desenvolver capacidades fundamentalmente humanas: pensamento crítico, análise interpretativa, síntese criativa, argumentação fundamentada e compreensão histórica da experiência temporal.

Essas competências só se desenvolvem através da prática constante e do esforço intelectual individual.

Princípio Fundamental: A IAG pode informar, mas não pode pensar por nós. O desenvolvimento das competências essenciais ao historiador e à historiadora requer que o estudante seja o protagonista ativo de seu próprio processo de aprendizagem.

Essa distinção foi formulada com precisão por pesquisadores que investigam o uso de IAG no ensino de História: “a autonomia não é apenas do chatbot e sim do ser humano, que realiza a pesquisa e precisa tomar decisões sobre as respostas recebidas” (MELLO; CERQUEIRA, 2024, p. 191).

Há aqui um deslocamento importante do foco do debate. Costuma-se discutir a autonomia das máquinas — o quanto decidem sozinhas, o quanto escapam ao controle de quem as programou. A questão decisiva para o estudante, porém, é outra: a sua própria autonomia. Diante de uma resposta gerada por IAG, quem decide o que fazer com ela — aceitar, recusar, verificar, reformular, descartar — é você. Delegar essa decisão não transfere a autonomia para a máquina; apenas a suprime.

2.1.1 O conhecimento prévio como condição do uso crítico

Há uma condição prática, muitas vezes ignorada, para que a interação com a IAG seja produtiva: você precisa saber alguma coisa sobre o assunto **antes** de perguntar.

O motivo é simples. Um texto gerado por IAG é, em regra, fluente, bem organizado e seguro de si — inclusive quando está errado. Sem repertório prévio, o estudante não dispõe de critério para distinguir a resposta correta da resposta apenas bem escrita: consegue avaliar o estilo, não a validade. E avaliar a validade exige justamente aquilo que se pretendia obter da ferramenta — familiaridade com o tema, com o vocabulário da área, com a bibliografia de referência e com os pontos em que há controvérsia entre especialistas.

Daí decorre um paradoxo que convém enunciar com clareza: **a IAG é mais útil onde você é mais forte e mais arriscada onde você é mais fraco**. A intuição corrente — “não conheço o tema, então vou perguntar à IA” — descreve exatamente a situação em que o

estudante tem menos condições de perceber um erro, um anacronismo, uma lacuna ou uma referência inventada.

Isso não significa que a IAG só sirva a quem já é especialista. Significa que a ordem das operações importa. Leia primeiro o texto indicado na disciplina, o verbete, o capítulo do manual, a fonte. Construa uma primeira compreensão, ainda que provisória e incompleta. Só então recorra à ferramenta — para testar essa compreensão, ampliá-la e encontrar seus pontos cegos. É essa a lógica que organiza os prompts reunidos no Anexo deste manual: quase todos pressupõem um texto, uma leitura ou uma análise já produzidos por você.

2.2 Riscos da Terceirização Intelectual

- **Atrofia do pensamento crítico:** Quando a IAG fornece análises prontas, o estudante perde oportunidades de desenvolver suas próprias capacidades interpretativas.
- **Dependência tecnológica:** Confiança excessiva em ferramentas de IAG compromete a autonomia intelectual.
- **Superficialização:** A facilidade de obter respostas pode levar ao abandono da pesquisa aprofundada.
- **Perda da autenticidade:** O uso indiscriminado pode resultar em trabalhos que não refletem o verdadeiro desenvolvimento do estudante.
- **Reprodução de erros graves:** Os algoritmos de IAG podem amplificar erros, produzir informações imprecisas ou incompletas e introduzir vieses (racismo, misoginia, etnocentrismo) já existentes ou novos, comprometendo a confiabilidade dos resultados. Um risco relevante é o das chamadas “alucinações”, quando a IAG gera informações falsas ou sem fundamento empírico, mas aparentemente plausíveis.

Convém compreender por que esses erros ocorrem, para não subestimá-los. Uma ferramenta de IAG não consulta um acervo de verdades e o reproduz: ela produz a sequência de palavras estatisticamente mais provável diante do que lhe foi pedido. O critério que a orienta é a plausibilidade, não a veracidade. Por isso o erro típico da IAG não tem aparência de erro — vem redigido com a mesma fluência e a mesma segurança das passagens corretas, o que o torna difícil de detectar pela simples leitura.

Em História, o caso mais perigoso é o da referência inventada: uma obra inexistente atribuída a um autor real, publicada por uma editora real, com ano, volume e número de páginas inteiramente verossímeis; ou uma citação atribuída a um historiador que jamais a escreveu. Nada nesse conjunto soa falso — e é precisamente esse o problema.

Some-se a isso o fato de que os conjuntos de dados de treinamento privilegiam a produção em língua inglesa e a historiografia do Atlântico Norte. As respostas tendem, por isso, a ser mais frágeis, mais genéricas ou francamente equivocadas justamente nos temas que constituem a vocação do nosso curso e da UNILAB: a História da África, as experiências da diáspora, a América Latina, o Brasil e as histórias locais e regionais.

O olhar crítico, portanto, não é uma virtude que se acrescenta ao uso da ferramenta: é a condição de possibilidade de um uso legítimo. O tópico 4.3 propõe um procedimento concreto para exercê-lo.

2.3 Desenvolvendo uma Abordagem Ética

O aspecto ético crucial é o desenvolvimento de habilidades críticas. Se os estudantes se acostumam a receber respostas prontas, podem perder a capacidade de pensar criticamente, resolver problemas complexos e desenvolver sua própria voz intelectual. É como dar uma calculadora para alguém que ainda não aprendeu aritmética básica.

A questão mais imediata é a da autenticidade acadêmica. Quando um estudante usa IAG para escrever um ensaio, isso constitui plágio? A resposta não é simples porque desafia nossa compreensão tradicional de autoria. É como se tivéssemos criado uma nova forma de "colaboração" onde um dos colaboradores não é humano.

Pense nisso como uma analogia: se antes tínhamos uma biblioteca onde você consultava livros para escrever seu trabalho, agora temos um "assistente" que pode não apenas encontrar informações, mas também articulá-las na forma de uma argumentação nova. Isso impacta a natureza do trabalho intelectual e é preciso ponderar sobre os benefícios e, também, os perigos resultantes deste impacto.

Como podemos criar diretrizes que preservem a integridade acadêmica enquanto aproveitamos os benefícios da IAG? Como podemos garantir que a tecnologia amplifique as capacidades humanas ao invés de substituí-las?

Essas são questões importantes de uma reflexão que está apenas começando, e as respostas provavelmente evoluirão conforme nossa compreensão e experiência com essas tecnologias se aprofundam. O importante é abordar essas questões de forma proativa, criando *frameworks* que sirvam tanto à inovação quanto à integridade educacional.

Para elaborar sobre essas questões, precisamos desenvolver novos elementos que ampliem e fortaleçam as diretrizes éticas já existentes na vida acadêmica. Isso envolve repensar conceitos como originalidade, autoria e colaboração na perspectiva de incorporar criticamente a interação Ser Humano-IAG.

2.3.1 A Equidade e o Acesso

Um aspecto ético frequentemente negligenciado é o da equidade. Estudantes com acesso a ferramentas de IAG mais sofisticadas (versões pagas) podem ter vantagens significativas sobre aqueles que não têm. Isso pode amplificar fortemente a desigualdade digital que já existe (diferenças na qualidade de hardware, de acesso à internet, etc.), com potencial para agravar o impacto negativo que a estratificação socioeconômica brasileira já exerce sobre a formação acadêmica.

2.3.2 Implicações Práticas na Educação

As demandas éticas se manifestam de formas muito práticas no cotidiano universitário. Por exemplo, imagine um professor que usa IAG para criar exercícios para a disciplina que ministra. Se esses exercícios se baseiam em conteúdo protegido por direitos autorais (livros, artigos), há violação de direitos?

Ou considere um estudante que usa IAG para ajudar na análise de dados para seu Relatório de Estágio. O trabalho resultante é original? Como isso deve ser referenciado? Como as instituições devem avaliar a originalidade e a validade do trabalho?

Refletir sobre questões como estas se tornou uma necessidade imperativa para docentes e estudantes que atuam em cursos de formação universitária.

2.3.3 Questões de Transparência e Responsabilidade

Um aspecto ético fundamental é a transparência. Estudantes e educadores devem declarar quando usam IAG? Como? Em que medida? É como a questão de citar fontes, mas muito mais complexa porque a "fonte" não é um livro ou artigo específico, mas um sistema que processou milhões de textos e gerou um produto que foi tomado por você por referência para a produção do seu trabalho.

No tópico 5 este manual traz orientações de como fazer essa declaração.

2.4 O princípio da responsabilidade indelegável

Ao discutir os critérios de uma IA ética, o sociólogo Glauco Arbix formula um princípio que serve de chave para este manual: “quanto maior a autonomia dos algoritmos, maior será a responsabilidade dos seus criadores” (ARBIX, 2020, p. 403).

A formulação de Arbix dirige-se a quem desenvolve os sistemas: quanto mais a máquina decide por conta própria, mais responde quem a projetou. Mas o princípio tem uma face voltada para quem opera a ferramenta, e ela é igualmente rigorosa. Quanto mais você delega à IAG — a estruturação do argumento, a seleção das fontes, a redação, a interpretação —, mais você responde pelo resultado, porque é o seu nome que assina o trabalho.

Convém enunciar isso sem rodeios. A IAG não assina o trabalho. Não presta a prova. Não comparece à banca. Não responde por uma citação inventada nem por um plágio involuntário. Não perde a bolsa. Todas as consequências — acadêmicas, éticas e, no caso de bolsistas, administrativas — recaem integralmente sobre o estudante que entregou o trabalho.

Essa responsabilidade é indelegável no sentido preciso de que nenhum arranjo técnico e nenhuma declaração são capazes de transferi-la. Declarar o uso da ferramenta é obrigatório e necessário (ver tópicos 3.3 e 5), mas declarar não é o mesmo que se eximir: a declaração informa **como** o trabalho foi feito, não muda **quem** responde por ele. “A IA me deu essa informação” não é justificativa acadêmica; é, no máximo, a descrição de como o erro entrou no texto.

Este é o terceiro princípio fundamental deste manual, ao lado da autonomia intelectual (2.1) e do conhecimento prévio (2.1.1) — e é o que torna os outros dois exigíveis na prática.

3. Questões de Propriedade Intelectual

Agora, vamos para o território da propriedade intelectual, que é um tema legal derivado das implicações éticas. Quando uma Inteligência Artificial Generativa produz conteúdo, surgem questões fundamentais sobre autoria e propriedade.

Primeiro, há a questão dos dados de treinamento. Essas IAGs foram treinadas com vastas quantidades de conteúdo existente - livros, artigos, trabalhos acadêmicos, websites, perfis de rede social. Quando uma IAG "aprende" com esses materiais e depois gera algo novo, isso constitui uso justo ou violação de direitos autorais? É como se tivéssemos um estudante que leu milhões de livros e agora escreve algo "inspirado" por tudo que leu.

Ao usar IAG para rascunhar, revisar ou reorganizar um texto, é comum surgir a dúvida: quem é o autor? Em ambiente universitário, essa pergunta não é só teórica. Ela tem impacto direto em integridade acadêmica, critérios de avaliação, atribuição de crédito e responsabilidade por erros, plágio e desinformação.

Segundo, há a questão da autoria do conteúdo gerado. Se um professor usa IAG para criar material didático, quem é o autor? Se um estudante usa IAG para escrever um artigo acadêmico, quem detém os direitos sobre esse trabalho? As leis de propriedade intelectual atuais não foram pensadas para esses cenários.

No momento em que este manual está sendo elaborado, o Brasil ainda não dispõe de uma lei geral sobre inteligência artificial. O Projeto de Lei nº 2338/2023, que pretende instituir o marco legal da IA no país, foi aprovado pelo Senado Federal em dezembro de 2024 e segue em tramitação na Câmara dos Deputados.

Seria equivocado, contudo, concluir que a matéria permanece inteiramente sem regulação. A ausência de uma lei geral não significa ausência de normas aplicáveis: no campo específico da atividade científica, o CNPq já estabeleceu deveres claros e exigíveis, como se detalha no tópico 3.3.

Esse quadro de indefinição legal não nos exime, portanto, de pensar o tema e de propor um acordo em torno de parâmetros que nos ajudem a dimensionar a condição de autoria sobre produtos criados com o auxílio de ferramentas de IAG.

3.1 Princípio orientador

Em termos práticos, a condição de autor está ligada menos a “quem escreveu as frases” e mais a quem tomou as decisões centrais e responde por elas: propósito, escolhas de conteúdo, checagem, adequação ética e acadêmica.

3.2 Uma forma útil de enxergar: quatro camadas de autoria

Pense num texto feito com IAG como uma obra com camadas:

- 1) **Autoria de propósito:** tese, objetivo, público, o “porquê” do texto. (quase sempre é sua)

- 2) **Autoria de composição:** redação de frases, paráfrases, exemplos, ritmo verbal. (a IAG ajuda muito aqui)
- 3) **Autoria editorial:** seleção do que entra e sai, estrutura, tom, hierarquia de ideias, coerência. (se você revisa de verdade, isso é fortemente seu)
- 4) **Autoria de responsabilidade:** checagem factual, referências, prevenção de plágio, vieses, e consequências do que é dito. (isso é indelegável)

Quando alguém apenas “pede e cola”, ou seja, apenas faz uma solicitação, cópia a resposta e a entrega como uma atividade acadêmica integral, a participação humana fica concentrada só no item 1 e um pouco no item 4. Quando há interações, pesquisa, escolha de fontes, reescrita, cortes, reestruturação e verificação, a condição de autor se fortalece muito — porque você está fazendo exatamente o que define autoria: decidir e responder.

3.3 O que já está normatizado: a Portaria CNPq nº 2.664/2026

Em 6 de março de 2026, o CNPq publicou a Portaria nº 2.664, que institui a Política de Integridade na Atividade Científica e revoga a normatização anterior sobre o tema. É o primeiro ato normativo federal a fixar deveres específicos sobre o uso de IAG na pesquisa brasileira.

A quem se aplica. A norma alcança proponentes e beneficiários do fomento do CNPq, usuários das plataformas do órgão (inclusive a Plataforma Lattes), pesquisadores com acesso a dados compartilhados pelo CNPq e membros de comitês e consultorias *ad hoc*. Na prática, isso abrange bolsistas de iniciação científica, mestrandos, doutorandos, orientadores e qualquer estudante que mantenha currículo Lattes.

O que a norma determina quanto à IAG (art. 9º, inciso I):

Alínea	O que a norma determina	O que significa para o estudante
c	Declarar o uso de ferramentas de IAG, de qualquer espécie e em qualquer fase do desenvolvimento da pesquisa (concepção, redação, análise de dados, submissão), especificando a ferramenta utilizada e a finalidade.	A declaração é obrigatória e detalhada: não basta dizer “usei IA”; é preciso dizer qual ferramenta, em que etapa e para quê.
d	É vedada a submissão de conteúdo gerado por IAG como se fosse de autoria humana, sendo os autores integralmente responsáveis pelo conteúdo final, inclusive por eventuais plágios ou imprecisões geradas pela IAG.	Entregar texto gerado por IAG como se fosse seu é infração — e o erro cometido pela ferramenta é imputado a você.
e	É vedada a inserção de projetos de pesquisa de terceiros em ferramentas de IAG para elaboração de pareceres científicos.	Trabalho alheio submetido à sua avaliação (parecer, revisão de colega) não deve ser inserido em chatbots.

f	Responsabilizar-se integralmente pelo conteúdo final da pesquisa, inclusive por eventuais plágios ou imprecisões geradas pela IAG.	Reiteração da responsabilidade humana como dever autônomo.
---	--	--

Note-se que as alíneas “d” e “f” repetem deliberadamente a mesma ideia: a responsabilidade pelo conteúdo final é do autor humano, em qualquer hipótese. Essa insistência do legislador confirma o princípio enunciado no tópico 2.4 deste manual.

Consequências. A Portaria classifica o plágio como infração gravíssima e prevê sanções que vão da advertência formal à suspensão de bolsas e auxílios, ao impedimento de participar de ações de fomento, à suspensão do Currículo Lattes por até um ano e à devolução dos recursos recebidos. Para um estudante bolsista, portanto, o descuido no uso de IAG tem consequências que ultrapassam em muito a nota de uma disciplina.

Uma observação sobre o alcance. A Portaria vincula formalmente quem se relaciona com o CNPq. Mas seus critérios — declarar, não fazer passar por humano o que não é, responder pelo resultado — não são exigências burocráticas de uma agência específica: são a formalização de padrões de integridade que valem para toda a vida acadêmica. Adotá-los como prática cotidiana, desde os primeiros semestres, é o caminho mais seguro.

4. Uso Adequado da IA em trabalhos acadêmicos: Limites Precisos e Objetivos

4.1 Boas práticas recomendadas para estudantes

Assuma a responsabilidade final: se você entrega o texto, você responde por ele (mesmo que a IA tenha redigido trechos).

Use IA como apoio, não como substituto de julgamento: peça alternativas, compare versões, faça cortes, reescreva com sua voz e com seu recorte teórico.

Faça checagem ativa: datas, nomes, conceitos, números e citações devem ser verificados em fontes confiáveis antes de serem mantidos.

Proteja a originalidade: evite “colagem” de blocos prontos; trabalhe com reescrita crítica, síntese própria e referência correta quando houver dependência de uma fonte.

Registre o processo quando fizer sentido: guarde prompts-chave e versões do texto (pode ajudar em orientação do professor, justificativa metodológica ou auditoria de integridade).

Seja transparente: descreva de modo simples como a IAG foi usada (rascunho, revisão linguística, organização de tópicos etc.).

Conheça as regras aplicáveis e consulte o professor: enquanto persistir, no âmbito da UNILAB, a ausência de normatização institucional específica sobre o uso de Inteligência Artificial Generativa em atividades acadêmicas, é fundamental que o estudante consulte o professor responsável pela orientação e/ou avaliação da atividade acerca das possibilidades, dos limites e das restrições ao uso de ferramentas de IAG nessa mesma atividade.

Atenção, porém: a ausência de norma interna da universidade **não** equivale a ausência de norma aplicável. Estudantes vinculados a programas de fomento do CNPq — PIBIC, PIBITI, PIBIC-EM, entre outros — e todos os que mantêm currículo na Plataforma Lattes já estão submetidos aos deveres da Portaria CNPq nº 2.664/2026 (ver tópico 3.3). O mesmo vale para editais de eventos, periódicos e agências, que crescentemente incorporam exigências próprias de declaração. Verifique sempre as três camadas: a orientação do professor, as regras do edital ou do periódico e a norma da agência financiadora.

Por isso, ao fazer uso de ferramentas de IAG em seus trabalhos acadêmicos o estudante deve se fazer os seguintes questionamentos:

- Eu consigo explicar, em 3–5 linhas, qual é a tese e por que escolhi o recorte que orienta o trabalho?
- Eu revisei e reescrevi partes relevantes, em vez de apenas aceitar a resposta dada pela IAG?
- Eu conferi fatos e referências citadas da resposta da IAG em fontes confiáveis?
- O texto está coerente com o que foi pedido na atividade e com as normas avaliativas da disciplina?
- Se alguma afirmação for questionada, eu sei justificar ou corrigir?
- Eu tenho conhecimento suficiente sobre este tema para perceber se a resposta da IAG estiver errada? Se a resposta for não, preciso estudar antes de continuar;
- Eu conferi cada referência indicada pela IAG em catálogo de biblioteca ou base de dados — e não apenas perguntei à própria ferramenta se ela existe?
- Se este trabalho for questionado por um professor ou por uma banca, eu consigo sustentar cada afirmação que ele contém?

4.2 Diretrizes de uso responsável

4.2.1 ANTES de usar qualquer prompt numa ferramenta de IAG:

1. **Estude antes de perguntar:** leia ao menos uma referência confiável sobre o tema (texto da disciplina, capítulo de manual, verbete especializado, fonte) antes de abrir a ferramenta. Sem repertório prévio, você não terá como avaliar a resposta — apenas como aceitá-la;
2. **Desenvolva seu trabalho inicial:** sempre tenha uma posição, análise ou texto próprio ANTES de interagir com a IAG;
3. **Defina objetivo claro:** saiba exatamente que competência quer desenvolver;
4. **Verifique as regras aplicáveis:** confira o que a disciplina, o edital e — se você for bolsista — a norma da agência determinam sobre o uso e a declaração de IAG;
5. **Prepare a documentação:** tenha pronto seu sistema de registro da interação.

4.2.2 DURANTE a interação com a ferramenta de IAG:

1. Mantenha posição crítica: Questione sempre as respostas da IAG;
2. Não aceite análises prontas: Use apenas perguntas e questionamentos;
3. Preserve sua autoria: Suas ideias devem permanecer centrais.

4. Peça a origem, não apenas a resposta: ao receber uma afirmação factual, pergunte em que ela se baseia. Respostas sem origem identificável devem ser tratadas como hipóteses a verificar, nunca como informação;

5. Desconfie da concordância: se a ferramenta concorda com tudo o que você propõe, ela não está avaliando seu argumento — está acompanhando o seu texto. Concordância fácil é sinal de alerta, não de validação;

6. Anote o que precisa ser conferido: registre, durante a interação, cada dado, data, nome e referência que exigirá verificação posterior.

4.2.3 APÓS a interação com a ferramenta de IAG:

1. Documente tudo: Registre prompts, respostas e como as usou;
2. Verifique informações: Confirme dados através de fontes acadêmicas;
3. Reflita sobre o processo: Avalie se a IA ajudou a desenvolver suas competências;
4. Declare o uso: Seja transparente sobre como a IA contribuiu.

4.3 Protocolo de verificação crítica

Verificar não é uma disposição de espírito: é um procedimento. Aplique os seis passos abaixo a qualquer conteúdo obtido com auxílio de IAG antes de incorporá-lo a um trabalho.

1. Suspeite do que soa bem demais. Respostas redondas, simétricas e sem hesitação sobre temas historiograficamente controversos costumam esconder simplificação. Onde há debate entre historiadores, a resposta honesta é complexa.

2. Rastreie a origem. Toda afirmação factual precisa ter uma origem identificável — uma obra, um documento, um dado. Afirmação sem origem não entra no trabalho.

3. Confronte com fonte independente. Confira a informação em pelo menos uma fonte que não seja a própria IAG: a bibliografia da disciplina, um periódico da área, uma base de dados, uma edição de fontes.

4. Teste cada referência, uma a uma. Procure autor, título, periódico, volume, ano, páginas e DOI no SciELO, no Portal de Periódicos da CAPES, no Google Acadêmico ou no catálogo da biblioteca. Se não encontrar, a referência não existe — e não basta corrigi-la: convém desconfiar de todo o trecho em que ela apareceu.

5. Identifique o silêncio. Pergunte-se o que a resposta não disse. Que sujeitos históricos ficaram de fora? Que perspectiva regional ou historiográfica foi tomada como universal? Em História, a omissão é tão significativa quanto a afirmação.

6. Registre a decisão. Anote o que foi aceito, o que foi corrigido e o que foi descartado, e por quê. Esse registro é a prova material do seu trabalho intelectual e compõe a documentação prevista no tópico 5.

Advertência: perguntar à própria ferramenta “isso está correto?” ou “essa referência existe?” **não é verificação.** A IAG não tem como consultar a realidade para conferir o que produziu; diante da dúvida, ela tende a reformular a resposta anterior ou a confirmá-la com a mesma segurança com que a formulou. A verificação se faz fora da ferramenta, necessariamente.

5. Declaração de Uso

Ao fazer uso de uma ferramenta de IAG para elaboração de um trabalho acadêmico é necessário declarar esse uso, referenciando para que e como ele foi feito. Isso fortalece a integridade do trabalho e contribui para estruturação de fortalecimento de um espírito ético e intelectualmente responsável do estudante.

São dois os modelos propostos, conforme a natureza do trabalho.

Modelo simplificado — para trabalhos de disciplina:

“Declaro que este trabalho é de minha autoria e que assumo integral responsabilidade por seu conteúdo. Na sua elaboração utilizei a ferramenta [NOME E VERSÃO], na fase de [concepção / redação / análise de dados / revisão], com a finalidade de [FINALIDADE ESPECÍFICA]. Todas as informações factuais e referências obtidas com esse auxílio foram verificadas em fontes independentes. As ideias, os argumentos e as análises aqui apresentados são de minha autoria e responsabilidade.”

Modelo completo — para TCC, artigos, relatórios de estágio, relatórios de iniciação científica e trabalhos submetidos a periódicos, eventos ou agências de fomento:

“Declaro que este trabalho é de minha autoria e que assumo integral responsabilidade por seu conteúdo, inclusive pela veracidade das informações, pela exatidão das referências e por eventuais imprecisões ou plágios decorrentes do uso de ferramentas de Inteligência Artificial Generativa.

Para sua elaboração utilizei as seguintes ferramentas de IAG, nas fases e com as finalidades especificadas abaixo:

Ferramenta (nome e versão)	Fase da pesquisa	Finalidade do uso
	Concepção	
	Redação	
	Análise de dados	
	Submissão / formatação	

Nenhum conteúdo gerado por IAG foi apresentado como de autoria humana. Todas as informações factuais e referências bibliográficas obtidas com auxílio dessas ferramentas foram verificadas em fontes independentes, conforme documentado em anexo.

Declaração elaborada em conformidade com o art. 9º, inciso I, alíneas “c”, “d” e “f”, da Portaria CNPq nº 2.664, de 6 de março de 2026.”

Tópicos da documentação a ser anexada:

- Data e ferramenta: Especificar quando e qual IAG foi utilizada;
- Fase da pesquisa: indicar em que etapa a ferramenta foi utilizada (concepção, redação, análise de dados, submissão);
- Prompt completo: Documentar a pergunta ou comando dado à IAG;
- Output recebido: Registrar a resposta da IAG;
- Uso efetivo: Explicar como a informação foi incorporada (ou não) ao trabalho;
- Verificação: documentar como e em que fonte independente cada informação foi conferida, indicando o que foi confirmado, corrigido ou descartado.

6. Conclusão: Um Manifesto pela Educação Histórica na Era da IAG

Este manual representa mais do que um conjunto de diretrizes, é um manifesto pela preservação e fortalecimento da educação humanística numa era de transformação tecnológica acelerada. Como historiadores e educadores em formação, os acadêmicos do Curso de Licenciatura em História devem atuar como guardiões de competências acadêmicas e princípios éticos que fundamentam e definem o ofício e, por isso mesmo, devem ser defendidos e fortalecidos.

A tentação de permitir que a IAG facilite o processo de aprendizagem é compreensível, mas é preciso resistir a ela, especialmente quando essa facilitação compromete o desenvolvimento das competências e princípios que temos como missão cultivar. O pensamento crítico, a análise interpretativa, a capacidade de síntese criativa e a argumentação fundamentada não são luxos acadêmicos, são necessidades essenciais para a formação de cidadãos capazes de atuar em um mundo complexo e desafiador.

Nossa posição não é de oposição à tecnologia, mas de defesa da centralidade humana no processo educativo. A IAG pode ser uma ferramenta poderosa, mas deve permanecer sempre como ferramenta, jamais como substituto do desenvolvimento intelectual humano.

Essa centralidade humana se traduz, neste manual, em três princípios que convém reter: **a autonomia é sua**, e não da ferramenta — quem decide o que fazer com uma resposta é quem a recebe; **o conhecimento prévio é condição do uso crítico** — só avalia uma resposta quem sabe o suficiente para perceber que ela pode estar errada; e **a responsabilidade é indelegável** — o trabalho é assinado, defendido e respondido por um ser humano, sempre.

São princípios exigentes. Mas é precisamente por serem exigentes que preservam aquilo que faz de um curso de História uma formação, e não um treinamento.

Por fim, este manual deve ser visto como um documento vivo, que evolui com nossa experiência e aprendizado. Convocamos toda a comunidade acadêmica - docentes, estudantes, gestores - a participar ativamente da construção de um futuro em que a tecnologia sirva à humanidade, não o contrário.

O futuro da História e dos historiadores não está ameaçado pela IAG, mas é certo que será por ela afetado e é imperativo que entendamos como e porque, bem como que reflitamos sobre os limites, possibilidades e riscos desse processo.

Nossa responsabilidade é garantir que esse futuro preserve e amplifique os valores e competências que fazem da educação humanística uma força transformadora na sociedade.

A escolha é nossa: nos tornarmos simples operadores de IAG ou pensadores críticos capazes de usar IAG responsavelmente. Este breve manual é um compromisso com a segunda opção.

7. Referências

ARBIX, Glauco. A transparência no centro da construção de uma IA ética. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 395-413, maio/ago. 2020. DOI: 10.25091/S01013300202000020008.

ARBIX, Glauco. Potencial e riscos da IA na ciência. **REVISTA USP**, v. 141, p. 9-16, 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Portaria CNPq nº 2.664, de 6 de março de 2026**. Institui a Política de Integridade na Atividade Científica do CNPq. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 4, 11 mar. 2026.

CÓRDOVA, Paulo Roberto. **A Inteligência Artificial entre o fascínio e medo**. São Paulo: Editora Pinsk, 2025.

FRANCO, Diego; VIEGAS, Luis Eduardo; RÖHE, Anderson. Guia Ético para a Inteligência Artificial Generativa no Ensino Superior. **TECCOGS – Revista Digital de Tecnologias Cognitivas**, n. 28, p. 108-117, 2023.

LOPES, C. S.; MOTA, K. A. G. Direito Autoral: propriedade intelectual de produção autônoma da inteligência artificial. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 5, n. 10, p. 2633-2655, 2024.

MELLO, Janaina Cardoso de; CERQUEIRA, Rafael Santa Rosa. A IA como agente interativo no ensino de História da ditadura militar no Brasil: técnicas e possibilidades. **Revista História em Curso**, Belo Horizonte, v. 6, n. 10, p. 175-193, dez. 2024.

MENEZES, Janaína; SCHLEMMER, Eliane; DI FELICE, Massimo. Developing computational thinking in the city through an On LIFE education and digital citizenship perspective. **Research, Society and Development**, v. 12, n. 7, 2023. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/42732>. Acesso em: 10 de agosto de 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Guia para a IA generativa na educação e na pesquisa**. Paris: UNESCO, 2024. Disponível em: <https://www.unesco.org/pt/articles/guia-para-ia-generativa-na-educacao-e-na-pesquisa>. Acesso em: 16 de dezembro de 2025.

UNIVERSITÀ DI BOLOGNA. **Intelligenza artificiale generativa: policy di Ateneo e casi d'uso**. 09 jan. 2025. Disponível em: <https://corsi.unibo.it/laurea/ManagementMarketing/bacheca/intelligenza-artificiale-generativa-policy-di-ateneo-e-casi-d-uso>. Acesso em: 10 de agosto de 2025.

UNIVERSITÉ DE MONTRÉAL. **La Déclaration de Montréal pour un développement responsable de l'intelligence artificielle**. Montréal: Université de Montréal, 2018. Disponível em: <https://declarationmontreal-iaresponsable.com/wp->

[content/uploads/2023/01/Portugues_-_UdeM_Decl_IA_Resp_LA_Declaration_vf.pdf](#).

Acesso em: 16 de dezembro de 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Guia para uso ético e responsável da inteligência artificial generativa na Universidade Federal da Bahia**. Salvador: UFBA, abr. 2025.

UNIVERSITY OF SYDNEY. *Policy on generative artificial intelligence*. Sydney, 2024. Disponível em: <https://canvas.sydney.edu.au/courses/51655>. Acesso em: 16 de dezembro de 2025.

ANEXO:

Prompts Éticos para Desenvolvimento de Competências

Princípios dos Prompts Éticos

Os prompts a seguir foram desenvolvidos para fortalecer competências, não para substituir o pensamento crítico. Eles são idealmente aplicados a ferramentas de IAG generalistas tais como Chat GPT, Claude, Gemini e Perplexity. Cada prompt é projetado para:

- Estimular reflexão própria do estudante;
- Provocar questionamentos mais profundos;
- Desenvolver capacidades analíticas;
- Manter o estudante como protagonista do processo.

IMPORTANTE: estes prompts devem ser usados **APÓS** o trabalho intelectual inicial do estudante, nunca como ponto de partida. Isso vale também para os prompts de preparação de leitura (bloco C): preparar-se para ler não substitui a leitura, e o contexto fornecido pela ferramenta deve ser confrontado com a bibliografia da disciplina.

A. PROMPTS PARA ESCRITA E COMUNICAÇÃO ACADÊMICA

A.1 Revisor Normativo

Contexto de uso: Você escreveu um texto e deseja revisar sua adequação ortográfica, gramatical e às normas da ABNT (citação, notas, bibliografia)

Prompt: escrevi o texto a seguir preciso que você me auxilie na revisão realizando as seguintes ações:

1. Revisão ortográfica seguindo as normas do acordo ortográfico da língua portuguesa de 1990;
2. Revisão gramatical de acordo com as regras gramaticais da norma culta da língua portuguesa;
3. Revisão da formatação das citações, notas e bibliografia segundo as normas mais recentes da ABNT-Brasil.

A.2 Revisor de precisão e comunicação

Contexto de uso: Você escreveu um texto e deseja avaliar a precisão e potencial comunicativo da argumentação.

Prompt: Escrevi o seguinte parágrafo/seção: [SEU TEXTO]

Como revisor focado em precisão e comunicação:

1. Identifique frases que podem confundir o leitor;
2. Aponte onde minha argumentação pode estar truncada;
3. Sugira onde preciso dar mais exemplos ou explicações que favoreçam o entendimento do leitor;
4. Indique se a sequência lógica está adequada.

Importante: NÃO reescreva meu texto. Apenas me ajude a identificar onde devo trabalhar mais.

B. Prompts para auxiliar nos estudos e no desenvolvimento do pensamento crítico

B.1 Ajudante especializado

Contexto de uso: Você está encontrando dificuldades para compreender um tema específico e quer ajuda para superá-las.

Prompt: Você é um especialista em aprendizado de [INDICAR O TEMA], tem com o qual estou tendo dificuldades. Eu sou iniciante nesse tema, explique-o considerando que sou estudante universitário. Forneça-me alguns modelos mentais ou analogias para me ajudar a entender e lembrar desse tópico difícil.

1. Explicar as coisas em termos simples
2. Forneça modelos mentais ou analogias para me ajudar a aprender o tópico
3. Divida o tópico em componentes simples.
4. Forneça alguns exemplos rápidos de exercícios ou perguntas que eu possa praticar com você para me ajudar a entender em termos simples

B.2 Tutor Socrático - Questionamento Profundo

Contexto de uso: Após desenvolver uma análise inicial sobre um tema qualquer, você deseja pô-lo a prova antes de usá-lo em um trabalho, artigo, etc.

Prompt: Atue como um tutor socrático rigoroso. Acabei de desenvolver uma análise sobre [TEMA] onde argumento que [RESUMO DA SUA ANÁLISE].

Não me forneça respostas ou análises alternativas. Em vez disso:

1. Faça 2-3 perguntas provocativas que me forcem a questionar minhas premissas;
2. Identifique possíveis pontos cegos em meu raciocínio;
3. Sugira aspectos que eu deveria considerar mais profundamente.

Lembre-se: sua função é me fazer pensar melhor, não pensar por mim.

B.3 Analista de Coerência Argumentativa

Contexto de uso: Após concluir uma análise completa sobre um tema qualquer, você deseja medir a consistência da sua argumentação e identificar possíveis pontos a serem melhorados.

Prompt: Analise a estrutura lógica do meu argumento abaixo, identificando:

1. Se minhas premissas sustentam adequadamente minha conclusão
2. Possíveis falácias lógicas (sem me dar a resposta, apenas indicando onde posso ter problemas)
3. Lacunas na cadeia de raciocínio
4. Faça as perguntas que um crítico rigoroso da área de [INDICAR A ÁREA] faria

Importante: Não reescreva meu argumento nem sugira melhorias diretas. Apenas aponte onde devo trabalhar mais.

C. PROMPTS PARA ANÁLISE TEXTUAL E INTERPRETAÇÃO

C.1 Preparador para Leitura Complexa

Contexto de uso: Você precisa ler um texto complexo, que exige um elevado nível de análise e interpretação textual e deseja se preparar melhor para fazê-lo

Prompt: Vou ler [TEXTO/AUTOR] sobre [TEMA]. Para me preparar adequadamente:

1. Forneça apenas o contexto histórico/intelectual mínimo necessário da obra;
2. Identifique 2-3 conceitos-chave que devo compreender previamente;
3. Sugira perguntas que devo fazer ao texto durante a leitura;
4. Me alerte sobre possíveis dificuldades interpretativas;

NÃO me dê interpretações do texto. Apenas me prepare para fazer minha própria leitura crítica.

C.2 Comparador de Interpretações

Contexto de uso: Após concluir a leitura de um texto e desenvolver sua própria interpretação sobre ele, você deseja compará-la a outras interpretações possíveis.

Prompt: Acabei de ler [TEXTO] e desenvolvi a seguinte interpretação: [SUA INTERPRETAÇÃO]

Sem julgar se estou certo ou errado:

1. Que outras leituras possíveis esse texto permite?
2. Que aspectos do texto eu posso não ter considerado adequadamente?
3. Como especialistas da área [IDENTIFICAR A ÁREA] poderiam questionar minha leitura?
4. Que perguntas devo fazer ao texto para aprofundar minha análise?

Importante: meu desejo é expandir minha perspectiva, não a substituir.

D. PROMPTS PARA PESQUISA E METODOLOGIA

D.1 Desenvolvedor Temático

Contexto de uso: Para estruturar uma pesquisa nascente

Prompt: Quero pesquisar sobre [TEMA GERAL].

Como orientador de pesquisa de [INDICAR A ÁREA ESPECÍFICA], ajude-me a:

1. Formular tópicos de pesquisa ligados a este tema. Esboce-os e enumere-os;
2. Formular perguntas de pesquisa;
3. Identificar possíveis recortes metodológicos;
4. Pensar em limitações que devo considerar desde o início;
5. Identificar palavras-chave para pesquisa bibliográfica

Importante: não forneça uma bibliografia pronta, nem respostas às perguntas de pesquisa. Ajude-me a estruturar melhor e a complexificar meu tema de pesquisa.

D.2 Questionador de Fontes

Contexto de uso: Para desenvolver senso crítico sobre fontes

Prompt: Estou usando as seguintes fontes na minha pesquisa: [LISTA DE FONTES]

Atue como um metodólogo rigoroso que me ajuda a questionar:

1. Que vieses essas fontes podem ter?
2. Que perspectivas estão sendo privilegiadas ou silenciadas?
3. Que tipos de fonte ainda preciso buscar?
4. Como posso triangular essas informações?

Importante: Eu quero desenvolver meu senso crítico sobre fontes, não descartar as fontes que tenho.

E. PROMPTS PARA VERIFICAÇÃO CRÍTICA

E.1 Auditor da resposta anterior

Contexto de uso: você recebeu uma resposta que pretende usar e precisa mapear onde ela é frágil antes de incorporá-la ao seu trabalho.

Prompt: A resposta que você me deu acima será usada em um trabalho acadêmico pelo qual eu respondo. Antes de usá-la, preciso saber onde ela é frágil. Indique:

1. Que afirmações são consensuais na bibliografia especializada e quais são objeto de controvérsia entre pesquisadores;
2. Que afirmações você produziu com menor confiabilidade ou pode ter formulado sem base em fonte identificável;
3. Que referências você citou que eu preciso conferir individualmente antes de usar;
4. Que perspectivas historiográficas, regionais ou linguísticas podem estar sub-representadas na sua resposta.

Não reescreva a resposta e não acrescente informação nova. Apenas mapeie o que eu preciso verificar.

E.2 Contraditório rigoroso

Contexto de uso: você formulou uma afirmação que pretende sustentar e quer testar sua resistência.

Prompt: Vou apresentar uma afirmação que pretendo sustentar em um trabalho: [AFIRMAÇÃO].

Construa o caso mais forte possível contra ela:

1. Que evidências a contradizem ou a relativizam?
2. Que autores da área discordariam, e com que argumentos?
3. Que pressupostos ela assume sem demonstrar?
4. Em que contextos ou recortes ela deixaria de valer?

Não conclua qual posição está correta — essa decisão é minha.

E.3 Explicitação de limites

Contexto de uso: antes de aceitar uma explicação sobre tema que você conhece pouco.

Prompt: Sobre [TEMA], antes de me explicar qualquer coisa, responda:

1. Qual é o estado do debate acadêmico sobre este tema — há consenso ou há disputa?
 2. Quais são as principais correntes interpretativas e o que as separa?
 3. Que aspectos deste tema são pouco documentados ou objeto de controvérsia sobre as fontes?
 4. Que leituras eu deveria fazer para formar juízo próprio?
- Não me dê a sua interpretação. Mostre-me o terreno.

ADVERTÊNCIA SOBRE ESTE BLOCO: nenhum destes prompts verifica coisa alguma. Eles ajudam a localizar o que precisa ser verificado — a verificação propriamente dita se faz fora da ferramenta, nas bases de dados, nos catálogos e na bibliografia. Não existe prompt capaz de confirmar a existência de uma referência ou a veracidade de um fato, porque a ferramenta não tem como consultar a realidade para conferir aquilo que produziu.

LEMBRETE FINAL: Estes prompts são ferramentas para desenvolvimento intelectual, não substitutos para ele. O objetivo é sempre tornar-se um pensador mais competente e autônomo, não mais dependente de tecnologia.

NOTA FINAL: A implementação efetiva deste manual requer dedicação, recursos e, acima de tudo, uma comunidade acadêmica unida em torno de valores compartilhados. O desafio é grande, mas nossa responsabilidade para com as futuras gerações é ainda maior.
